

CONTINUAÇÃO		IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE																																																	
Os bens estão depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica e valor residual estimados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados pela Administração da Entidade, não tendo sido identificada necessidade de alteração das expectativas anteriores. As taxas de depreciação por classe de bens encontram-se divulgadas na Nota 12. k) Intangível Os bens integrantes do Ativo Intangível estão avaliados ao custo de desenvolvimento ou aquisição, amortizado pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada pela área de Tecnologia de Informação interna da Entidade. As taxas de amortização por classe de bens encontram-se divulgadas na Nota 13. l) "Impairment" de ativos não financeiros O imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que algum ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. m) Obrigações As obrigações estão apresentadas por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos. n) Empréstimos e financiamentos Estão atualizados conforme taxas de correção monetária e juros constantes dos contratos e calculados "pro rata temporis". Em garantia das obrigações decorrentes dos referidos financiamentos foram caucionados os direitos creditórios que a financiada é titular oriundos dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde - SUS, ao Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS, Unimed - POA e a Central de Cooperativas Unimed do Rio Grande do Sul e outros. Os juros pagos sobre empréstimos e foram classificados consistentemente como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa visto representarem custos de obtenção de recursos financeiros. o) Ajuste a valor presente Foi efetuada análise quanto a efeitos de ajuste a valor presente sobre o saldo de contas a receber da Entidade e considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e da liquidação por parte dos clientes, os valores apurados foram considerados como imateriais, não gerando ajustes. A Entidade avaliou, também, o efeito do Ajuste a Valor Presente sobre saldos dos passivos e não identificou valores materiais a serem ajustados. p) Provisões e estimativas contábeis Provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas e estão ligadas à provisão de perda de valores a receber, da vida útil de ativos imobilizados e intangíveis e de contingências cíveis e trabalhistas. Os resultados reais futuros poderão apresentar variações em relação às estimativas. q) Reconhecimento da receita advinda de doações privadas e assistências governamentais De acordo com interpretação técnica ITG 2002(R1), aprovada pela Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, a partir de 1º/01/2012 a receita advinda de doações privadas e de assistências governamentais devem ser reconhecidas no resultado do período, na medida de sua realização, ou em contas específicas do passivo enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. O reconhecimento no resultado é realizado na medida da ocorrência efetiva da despesa, quando a doação ou assistência for destinada para despesas de custeio, ou da despesa de depreciação, amortização ou de baixa do bem, quando for destinada para despesas de capital. r) Receitas financeiras A receita é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda ("impairment") é identificada em relação às contas a receber, a Entidade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. s) Tributação A Entidade goza de imunidade tributária, conforme previsto no inciso VI, letra c, do Artigo 150 da Constituição Federal de 1988. A renúncia fiscal abrange impostos sobre seu patrimônio, serviços e rendas, nas esferas Federal, Estadual e Municipal (Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Programa de Integração Social, Imposto de Importação, Imposto Territorial Rural, Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos, Imposto Predial e Territorial Urbano e Imposto sobre Serviços). Imunidade das Contribuições para a Seguridade Social: a Entidade cumpre o previsto na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes, regulamentada pelo Decreto nº 11.791/2023, fazendo jus à certificação e à imunidade, conforme requisitos estabelecidos para entidades de saúde, mencionado em seu inciso I do Art. 7º. t) Arrendamentos A Entidade é arrendatária de prédios comerciais e equipamentos utilizados em sua atividade fim. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 2 a 5 anos, porém podem incluir opções de prorrogação. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. Quando houver, a Entidade considerou apenas os componentes de arrendamentos com base nos preços isolados. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente. Os contratos contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber). São descontados utilizando a taxa de juros explícita no contrato de arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente identificada, é utilizada a taxa baseada no custo médio ponderado de capital da Entidade. A Entidade está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os valores dos arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. • Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. • Custos de restauração Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo do prazo do arrendamento pelo método linear. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo ou de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor são aqueles com valor unitário abaixo de R\$ 20.000,00. As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos arrendamentos de ativos imobilizados da Entidade. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão do contrato. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Entidade, e não pelo respectivo arrendador. A movimentação da conta de direito de uso está demonstrada na Nota 12.3. u) Demonstração do Valor Adicionado (DVA) A DVA busca evidenciar a riqueza gerada pelas empresas e sua distribuição e foi preparada com base em informações dos registros contábeis usados na preparação das demonstrações, de acordo com as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Apesar de a legislação brasileira não exigir a elaboração da DVA para as entidades sem finalidades de lucros, ela está sendo divulgada. v) Novas normas e interpretações Pronunciamentos novos e alterados em vigor no exercício corrente: No exercício corrente, a Entidade analisou uma série de alterações aos pronunciamentos contábeis pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que são obrigatoriamente válidas para período 2024. A partir da análise, a entidade conclui que não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. • Alterações no pronunciamento CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Divulgações – Acordos de Financiamento de Fornecedores. • Alterações no pronunciamento CPC 26 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes. • Alterações no pronunciamento CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Passivo Não Circulante com "Covenants". • Alterações no pronunciamento CPC 06 – Arrendamentos – Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback". Pronunciamentos novos e revisados, emitidos e ainda não aplicáveis: Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Entidade não adotou os pronunciamentos novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis: • Alterações do pronunciamento técnico CPC 02 - Falta de Conversibilidade; • CPC 26 – Apresentação e divulgações nas Demonstrações Financeiras; • CPC 33 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações. A Entidade avaliou previamente os novos pronunciamentos mencionados acima e na opinião da Administração, tais pronunciamentos não geram impactos significativos no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Entidade nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.		As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e referem-se a certificados de depósitos bancários, fundos de renda fixa e poupança, remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e pelos rendimentos b) Títulos e valores mobiliários <table><tr><th></th><th>2024</th><th>2023</th></tr><tr><td>Títulos Vinculados ao Mercado Aberto – com restrição</td><td>90.585</td><td>69.226</td></tr><tr><td>Total</td><td>90.585</td><td>69.226</td></tr></table> Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se a valores aplicados com restrição de uso, por ordem de instrumento jurídico pertinente ou por combinação administrativa, e não podem ter destinação diversa às estabelecidas nos mesmos. Os valores estão apresentados com rendimentos calculados "pro rata temporis" na data de 31 de dezembro de 2024. 4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS Os instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2024 estão registrados pelos seus valores de realização e liquidação. As aplicações financeiras estão valorizadas conforme descrito na Nota 3. Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento de curtíssimo prazo desses instrumentos. A composição dos instrumentos financeiros é a que segue: <table><tr><th></th><th>2024</th><th>2023</th></tr><tr><td>Ativos financeiros</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Ativos ao custo amortizado</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3.a)</td><td>29.652</td><td>23.456</td></tr><tr><td>Títulos e valores mobiliários (Nota 3.b)</td><td>90.585</td><td>69.226</td></tr><tr><td>Contas a receber de clientes (Nota 5 e 9.a.4)</td><td>573.097</td><td>508.682</td></tr><tr><td>Total</td><td>693.334</td><td>601.364</td></tr><tr><td>Passivos financeiros</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Passivos ao custo amortizado</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Fornecedores e outras obrigações (Notas 14, 18.a e 19.a)</td><td>213.784</td><td>203.911</td></tr><tr><td>Empréstimos e financiamentos (Nota 16)</td><td>618.415</td><td>568.534</td></tr><tr><td>Passivos de arrendamento (Notas 18.f e 19.c.2)</td><td>1.085</td><td>1.271</td></tr><tr><td>Total</td><td>833.284</td><td>773.716</td></tr></table> O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre as partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a pagar e a receber e outros referentes a instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, representam efetivamente o valor justo. As atividades da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. (a) Risco de mercado (i) Risco cambial O risco associado decorre da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas por flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado, principalmente com relação ao euro. (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Entidade incorrer em perdas por flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos de longo prazo captados. São simulados diversos cenários levando em consideração renegociações, renovação de posições existentes e novos financiamentos. A Entidade monitora as taxas de juros de mercado, com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. (b) Risco de crédito. O risco de crédito decorre de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. A área financeira avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. (c) Risco de liquidez A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria, a qual monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.			2024	2023	Títulos Vinculados ao Mercado Aberto – com restrição	90.585	69.226	Total	90.585	69.226		2024	2023	Ativos financeiros			Ativos ao custo amortizado			Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3.a)	29.652	23.456	Títulos e valores mobiliários (Nota 3.b)	90.585	69.226	Contas a receber de clientes (Nota 5 e 9.a.4)	573.097	508.682	Total	693.334	601.364	Passivos financeiros			Passivos ao custo amortizado			Fornecedores e outras obrigações (Notas 14, 18.a e 19.a)	213.784	203.911	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	618.415	568.534	Passivos de arrendamento (Notas 18.f e 19.c.2)	1.085	1.271	Total	833.284	773.716
	2024	2023																																																	
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto – com restrição	90.585	69.226																																																	
Total	90.585	69.226																																																	
	2024	2023																																																	
Ativos financeiros																																																			
Ativos ao custo amortizado																																																			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3.a)	29.652	23.456																																																	
Títulos e valores mobiliários (Nota 3.b)	90.585	69.226																																																	
Contas a receber de clientes (Nota 5 e 9.a.4)	573.097	508.682																																																	
Total	693.334	601.364																																																	
Passivos financeiros																																																			
Passivos ao custo amortizado																																																			
Fornecedores e outras obrigações (Notas 14, 18.a e 19.a)	213.784	203.911																																																	
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	618.415	568.534																																																	
Passivos de arrendamento (Notas 18.f e 19.c.2)	1.085	1.271																																																	
Total	833.284	773.716																																																	
5. CONTAS A RECEBER DE CURTO PRAZO																																																			
a) As contas a receber de curto prazo estão assim compostas:																																																			
	2024	2023																																																	
Valores a receber do Sistema Único de Saúde - SUS	95.500	76.907																																																	
Valores a receber do Inst. de Prev. do Estado do RS-IPERGS	89.187	103.999																																																	
Valores a receber de outros convênios	311.354	211.158																																																	
Valores a receber de particulares	26.349	50.402																																																	
Contas a receber em formação¹	117.649	122.561																																																	
Total	640.039	565.027																																																	
(¹) Valores parciais de contas hospitalares referentes a serviços autorizados e realizados, mas ainda não faturados devido aos processos de faturamento ou de atendimentos ainda em andamento.																																																			
b) As provisões para créditos de liquidação duvidosa e glosas foram constituídas, conforme os critérios descritos na Nota 2.1 (g), e estão assim compostas:																																																			
	2024	2023																																																	
Valores a receber do Inst. de Prev. do Estado do RS-IPERGS	(14.699)	(14.369)																																																	
Valores a receber de outros convênios	(49.779)	(31.980)																																																	
Valores a receber de particulares	(7.881)	(12.525)																																																	
Valores a receber do Sistema Único de Saúde - SUS	(2.624)	-																																																	
Contas a receber em formação	(2.725)	(3.159)																																																	
Total	(77.709)	(62.033)																																																	
A movimentação das provisões para créditos de liquidação duvidosa e glosas estão assim compostas:																																																			
	2024	2023																																																	
Saldo inicial	(62.033)	(47.565)																																																	
(-) Reversões ou Baixas	11.813	3.133																																																	
(+) Constituição ou Complemento	(27.488)	(17.601)																																																	
(=) Saldo final	(77.708)	(62.033)																																																	
c) Créditos patrimoniais: valores a receber referentes à venda de propriedades para investimentos ou de locações/arrendamentos de espaços e estão assim compostos:																																																			
	2024	2023																																																	
Vendas de propriedades para investimento¹	11.201	115																																																	
Arrendamentos perpétuos no Cemitério	2.364	2.287																																																	
Aluguéis de imóveis	627	604																																																	
Total	14.192	3.006																																																	
(¹) Em 09 de dezembro de 2024, a Entidade realizou a venda do imóvel localizado na Rua 7 de Setembro, nº 700, objeto da matrícula 176.640 do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre, oriunda de legado, no valor de R\$ 11.000. Essa operação não gerou impacto diretamente no Caixa da entidade. O imóvel operacional estava no grupo de imobilizado ao valor de custo de R\$ 830.																																																			
A entidade tem um montante de R\$ 647.783 de títulos a receber. O quadro abaixo demonstra a posição dos títulos de acordo com a data de vencimento:																																																			
"Aging" - Contas a Receber	Totais																																																		
A vencer	247.260																																																		
De 4 - 12 meses	172.670																																																		
De 13 - 24 meses	42.459																																																		
De 25 - 36 meses	42.036																																																		
Acima de 36 meses	143.358																																																		
Total	647.783																																																		
6. ESTOQUES																																																			
Os estoques, avaliados conforme critérios mencionados na Nota 2.1 (h), estão assim compostos:																																																			
	2024	2023																																																	
Material médico-hospitalar e medicamentos	48.304	40.620																																																	
Materiais para manutenção e obras	421	407																																																	
Gêneros alimentícios e produtos nutricionais	1.358	688																																																	
Materiais de terceiros em consignação	23.785	33.737																																																	
Outros materiais	2.403	2.329																																																	
Total	76.271	77.781																																																	
7. DOAÇÕES A RECEBER																																																			
Valores a receber referentes a doações monetárias para os projetos de expansão ou modernização da Entidade compromissados pelos doadores através de instrumentos jurídicos específicos para tal fim, no montante de R\$ 19.748 (R\$ 30.846 em 2023).																																																			
8. OUTROS CRÉDITOS																																																			
O grupo de outros créditos está assim composto:																																																			
	2024	2023																																																	
Adiantamento a empregados	3.666	3.897																																																	
Adiantamento a fornecedores	1.357	3.705																																																	
Vale transporte	3.334	3.536																																																	
Valores a receber das atividades de ensino/pesquisa	7.007	8.261																																																	
Valores bloqueados judicialmente	1.392	812																																																	
Valores a receber da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha ¹	-	9.838																																																	
União Federal	8.178	-																																																	
Outros créditos	4.223	1.982																																																	
Total	29.157	32.031																																																	
(¹) Valores a receber para cobertura do desequilíbrio econômico (déficit) apurado nos exercícios de 2021, 2022 e 2023, de acordo com o convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha e a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre para a gestão administrativa, financeira e médico-assistencial do Hospital de Santo Antônio da Patrulha. O crédito a receber reconhecido no exercício anterior foi reclassificado para o longo prazo em 2024.																																																			
CONTINUA																																																			